**Liga de ensino do Rio Grande do Norte
Centro Universitário do Rio Grande do Norte
Curso de graduação em Psicologia
Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso II
Docente: Profa. Dra. Karina Carvalho Veras de Souza**

Leticia Maria Miranda Leal Pereira
Samuel Barbosa da Silva Filho
Samuel Davi Rodrigues de Lima

PSICANÁLISE NO SISTEMA PRISIONAL

Natal/RN

2024

PSICANÁLISE NO SISTEMA PRISIONAL

Leticia Maria Miranda Leal Pereira: Discente do curso de Psicologia, Formação de Psicólogo do UNI-RN

Samuel Barbosa da Silva Filho: Discente do curso de Psicologia, Formação de Psicólogo do UNI-RN

Samuel Rodrigues de Lima: Discente do curso de Psicologia, Formação de Psicólogo do UNI-RN

Resumo

O presente artigo explora as possibilidades e desafios da psicanálise no contexto prisional, destacando a complexa relação entre a escuta clínica e o ambiente de encarceramento. Partindo de conceitos freudianos e lacanianos, como culpa e responsabilidade, e dos escritos de Michel Foucault, o estudo objetiva compreender à luz da Psicanálise, as possibilidades da escuta analítica do encarcerado numa instituição prisional, caracterizada pela vigilância e repressão; traçando um percurso a partir da contextualização do Sistema Prisional no Brasil e da dinâmica psíquica do transgressor. A metodologia baseia-se em revisão de literatura, analisando publicações de bases científicas que tratam da interface entre psicanálise e sistema prisional, além de obras específicas de autores clássicos. O estudo identificou que a estrutura prisional impõe limitações ao processo analítico, criando uma dinâmica triangular entre o analista, o sujeito encarcerado e o aparato de vigilância, mas também se mostra como um campo de possibilidades. Conclui-se que, ao romper com a lógica institucional e opor-se às imposições do sistema prisional, a psicanálise não apenas possibilita ao sujeito uma abertura à sua verdade própria, mas também aponta para uma via transformadora de posicionamento, na condição de humano em conflito com a lei, diante do seu desejo.

Palavras-chave: Psicanálise, Sistema Prisional, Encarceramento, Psicodinâmica.

1. Introdução

O presente trabalho se propõe a compreender o que pode a psicanálise na escuta do sujeito em condição de encarceramento, estabelecendo uma articulação entre os princípios da escuta analítica, traçando um percurso a partir da contextualização do Sistema Prisional no Brasil, da dinâmica psíquica do transgressor e, por fim, as possibilidades e limitações dessa escuta nesse contexto.

É fundamental destacar que, segundo Michel Foucault (1975), a prisão configura-se como um dispositivo de poder disciplinar que exerce vigilância e promove a docilização dos corpos. Mais do que apenas punir, as prisões participam ativamente na moldagem dos encarcerados, contribuindo para um ciclo de violência e reincidência que perpetua a exclusão social e corroboram para as estruturas de dominação.

Também, no intuito de embasar essa análise e compreender a dinâmica psíquica do infrator à luz da psicanálise, recorre-se à obra de Sigmund Freud *O mal-estar na civilização* (1929/1974), na qual ele investiga o conceito de culpa. Freud sustenta que a culpa decorre da relação com o Supereu, instância punitiva internalizada no processo de civilização, que impõe ao sujeito a necessidade de punição por desejos ou pensamentos moralmente condenáveis. Para Freud, a culpa antecede o ato criminoso e tem raízes profundas na constituição do sujeito.

Em continuidade a essa reflexão, Jacques Lacan (1950/1998) introduz o conceito de responsabilidade, abordando-o como a aceitação da divisão subjetiva e o reconhecimento das consequências das próprias escolhas. Nesse sentido, para Lacan, a responsabilidade leva o sujeito a confrontar sua própria estrutura desejante, o que possibilita uma via para a elaboração do desejo de delinquir. Quando o sujeito se apropria de sua responsabilidade, ele também pode compreender sua posição dentro de suas ações e conceber o seu papel ativo na construção do seu próprio destino.

Apresentado tais conceitos que retomaremos posteriormente, convém mencionar que a instituição prisional não apenas encarcera corpos, mas suprime a fala; e propôr escuta para um discurso que não cessa de não se inscrever e manifesta-se no ato delituoso, é de suma importância. Concebemos a psicanálise como processo terapêutico, que objetiva elaborar material recalcado e que a análise se faz pela livre associação e pela atenção flutuante. Logo, se na instituição é possível que haja fala do sujeito, também é possível que haja análise da realidade

psíquica através dessa fala. Apresenta-se então, o papel da psicanálise nesse contexto de encarceramento: ofertar a escuta analítica, dar atenção à singularidade e a elaboração do sofrimento.

Outrossim, faz-se relevante discorrer sobre o conceito de Sujeito, a fim de distinguir entre o que se entende por indivíduo e sujeito no senso comum. O conceito de sujeito na teoria lacaniana é complexo e está intrinsecamente ligado à relação entre linguagem e gozo. Lacan rejeita a ideia tradicional de um sujeito como um indivíduo (indivisível) consciente e racional, predominante na filosofia ocidental, especialmente nas tradições anglo-americanas. O sujeito lacaniano não corresponde ao "eu" consciente, mas está profundamente entrelaçado com o inconsciente, que se manifesta através de lapsos, atos falhos e sonhos (FINK, 2023).

Assim, o sujeito é dividido entre o "eu" ideal, que é uma construção imaginária, e o funcionamento automático da linguagem, a cadeia significante. Para Lacan, o sujeito só existe como um efeito do significante, surgindo momentaneamente nos intervalos da linguagem, em falhas ou contradições, e nunca de forma substancial. Esse sujeito está marcado pela falta, o que impede qualquer forma de identidade plena ou autossuficiente. O inconsciente, portanto, define o sujeito, mas o deixa dividido e em constante busca de algo que nunca pode ser plenamente alcançado. O sujeito da psicanálise é sempre o sujeito do inconsciente. (FINK, 2023)

A partir dos estudos sobre relações de poder, instituições e teorias foucaultianas, emergiu o interesse em compreender o sujeito na instituição, suas estratégias de resistência e a produção de subjetividade. Considerando a afinidade dos autores com as perspectivas psicanalíticas freudiana e lacaniana, investigaram-se possibilidades de análise no contexto institucional, particularmente nas prisões, espaços marcados pela hostilidade e pela supressão da fala. Com base nessas reflexões, este trabalho propõe a seguinte pergunta-problema: o que é possível à psicanálise na escuta do sujeito em condição de encarceramento, e como se articula a dinâmica psíquica desse sujeito nesse contexto?

OBJETIVO GERAL

Compreender, à luz da Psicanálise, as possibilidades da escuta analítica do encarcerado numa instituição prisional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Relatar como a instituição prisional age no encarceramento de corpos e na supressão da fala.
- Compreender a dinâmica psíquica do criminoso através das perspectivas psicanalíticas
- Analisar qual é o espaço possível para a psicanálise no sistema prisional, atualmente.

1.2. Metodologia

Este trabalho baseou-se em materiais publicados em bases científicas como Scielo, Google Acadêmico e PEPsic, utilizando os descritores "Psicanálise" e "Sistema Prisional". Foram identificados 22 artigos em português, dos quais 12 foram selecionados por alinharem-se aos objetivos do estudo, excluindo-se duplicados e textos fora do escopo. Os temas emergentes foram analisados à luz da psicanálise e do contexto prisional, formando um acervo relevante para o desenvolvimento do tema. Essa análise permitiu identificar entraves e potencialidades da escuta psicanalítica no ambiente prisional, contribuindo para o avanço teórico e prático na área.

Para elucidar conceitos psicanalíticos, analisar a dinâmica psíquica do criminoso e explorar possibilidades de escuta no contexto prisional, recorreu-se a obras de Freud, Lacan, Bruce Fink, Jacques-Alain Miller e outros psicanalistas contemporâneos. Além disso, as teorias de Michel Foucault e outros autores foram empregadas para compreender a lógica prisional, com ênfase no Sistema Penal Correccional, marcado pela punição e docilização do corpo.

2. Desenvolvimento

2.1. Genealogia e lógica do Sistema Prisional

Para enriquecer a discussão, é relevante recuperar o histórico do sistema prisional moderno, originado nos séculos XVIII e XIX. Nesse período, práticas punitivas brutais, como execuções e castigos físicos públicos, buscavam exemplificar e intimidar. Contudo, a justiça penal passou por uma transição: a punição tornou-se mais discreta, restrita ao ambiente prisional, institucionalizada e afastada do olhar público (Foucault, 1975/1987).

Segundo Foucault (1975), o sistema carcerário foi formalizado em 1840, com a fundação da Colônia de Mettray na França, que combinava punição e docilização por meio de trabalho forçado e instrução religiosa. Mettray consolidou a prisão como técnica de controle e correção, ultrapassando o mero propósito de expiação da culpa. Mameluque (2006) aponta que, no início do século XIX, o espetáculo da punição física foi substituído por uma penalidade baseada na detenção, marcando uma nova era nos processos penais.

Em consonância com Mameluque (2006), as mudanças no sistema punitivo, no Brasil, iniciaram com a Constituição de 1824, que aboliu penas cruéis, como açoites e torturas, e introduziu a prisão como instrumento de reforma moral. O Código Criminal do Império, de 1830, instituiu penas como banimento, prisão com trabalho e multa. Com a proclamação da República, em 1889, um novo Código Penal trouxe penas privativas de liberdade com foco na reforma do condenado. O atual Código Penal, promulgado em 31 de dezembro de 1940, fixou penas de reclusão de até 30 anos e detenção de até 3 anos como principais sanções privativas de liberdade.

Após esse breve histórico do sistema prisional, é relevante abordar sua lógica, especialmente no Brasil. A Lei de Execução Penal (LEP), criada em 1984, no contexto da redemocratização, buscava assegurar condições dignas de cumprimento de pena e proteger os direitos dos apenados, sob o discurso de reeducação e ressocialização. Contudo, na prática, a LEP mascara uma lógica de punição e doutrinação. As prisões, como "jaulas" que segregam os considerados indesejáveis, carecem de estrutura para oferecer soluções legítimas ou humanizadas.

Além disso, Lira e Carvalho (2002), deixam explícito que na instituição prisional, a disciplina é a força motriz para a eficácia do sistema, levando a desconsiderar o humano como um sujeito dotado de desejos. Nessa mesma perspectiva, Foucault pontua:

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. Uma "anatomia política", que é também igualmente uma "mecânica de poder", está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos "dóceis". (FOUCAULT, 1987, p. 164).

Ainda, segundo Jacques Lacan (1950/1998), a ideia de punição no cumprimento da pena surge mediante a uma concepção sanitária, buscando a “regeneração de Caim”, isto é, transformar ou “curar” aquele que pecou, buscando um tipo de redenção moral e social. Essa ideia, na visão do psicanalista francês, apresenta um grande perigo: “A saber, a desumanização que ela implica para o condenado”. Ele também afirma que essa lógica pode levar um quarto da humanidade ao campo de concentração, sugerindo que, em uma tentativa de “consertar” o transgressor, a sociedade pode acabar tomando medidas extremas e desumanas.

Ademais, é oportuno relatar que o cárcere possui efeitos invisibilizadores, e a lógica da pena está para além do encarceramento do corpo, é também supressão da fala, infantilização do apenado, penitência do desejo, privação da liberdade, interdição de expressões e despersonalização humana. Para a psicanálise, a atuação nesse contexto de encarceramento — que perpetua o viés punitivo, que objetiva o suplício do infrator, que ressocializa a uma sociedade já existente dentro do cárcere e priva-o não só da liberdade, mas de seus direitos legais —, é um grande desafio.

2.2. *A dinâmica psíquica do criminoso*

É relevante destacar que a sociedade categoriza eticamente as condutas humanas como “boas” ou “más”, ignorando que tais comportamentos resultam de condições específicas. Assim, constroi-se um modelo idealizado de “bondade”, onde os que nele se enquadram opõem-se aos considerados maus. Essa dicotomia alimenta um sentimento social punitivo em relação ao transgressor, que, ao violar a lei, desafia a ordem estabelecida e é rotulado como mau. Entretanto, ao compreender a dimensão psíquica do sujeito, concebe-se uma outra perspectiva para esse assunto, cujo qual, Freud adverte:

O quê de realidade por trás disso, que as pessoas gostam de negar, é que o ser humano não é uma criatura branda, ávida de amor, que no máximo pode se defender, quando atacado, mas sim que ele deve incluir, entre seus dotes pulsionais, também um forte quinhão de agressividade. (FREUD, 1930, p.76).

A agressividade, inicialmente voltada ao exterior, ao ser interdita pela repressão civilizatória, é introjetada e redirecionada contra o próprio Eu, sendo absorvida por uma parte deste que se constitui como Supereu. O Supereu atua

como "consciência moral" (*Gewissen*), investindo no Eu a mesma agressividade que este desejaria dirigir ao outro. "A tensão entre o Supereu rigoroso e o Eu submetido gera o sentimento de culpa, manifestando-se como uma necessidade de punição".

Mesmo sem a concretização de um ato agressivo, o simples reconhecimento da intenção de realizá-lo desencadeia esse sentimento. Assim, o Supereu pune o Eu, promovendo angústia e buscando formas de ser sancionado pelo mundo exterior (Freud, 1930). Nesse contexto, o sujeito que transgredir a lei também atende a uma demanda psíquica, utilizando o ato criminoso como uma justificativa para a culpa que o angustia.

Atender a demanda do Supereu é também uma forma de gozar; isto evidencia que há no sujeito um movimento de transgressão que lhe é visceral. Jacques Lacan (1959-1960/1988, p.217), em "A ética da psicanálise", corrobora com tal ideia quando diz que: "[...] uma transgressão é necessária para aceder a esse gozo, e que é muito precisamente para isso que serve a lei". Considera-se que há uma dialética entre a transgressão e a lei. Essa relação indica que a existência da lei cria possibilidade para a transgressão. A lei não é posta apenas como repressora dos desejos, mas também, paradoxalmente, os estimula ao estabelecer limites. Logo, o desejo por transgredir surge precisamente porque há uma lei a ser desafiada. Sem a lei, a transgressão não encontraria sentido.

Além disso, há também um nó entre a lei e o desejo. Pois, o desejo não existe independente da lei, mas é, em alguma medida, criado e estruturado por ela. Jacques Lacan (1964) argumenta que o desejo do homem é sempre o desejo do Outro, ou seja, é influenciado pelas normas, proibições e expectativas desse Outro simbólico. A lei, na interdição e na imposição de limites, acaba por definir o que é desejado. Porém, o desejo impele ao excesso, uma vez que a satisfação é sempre não-toda, o descomedimento é a via acessível ao que está para além do prazer, o gozo, que o sujeito acessa quando excede os limites, isto é, quando transgredir.

Para aprofundar a compreensão da dinâmica psíquica que pode culminar no ato criminoso, é essencial examinar a relação entre a Lei e a função do Nome-do-Pai, conceito central na teoria psicanalítica lacaniana. Para Jacques Lacan (1958), o Nome-do-Pai representa a função simbólica do pai na estruturação do inconsciente, transcendendo o pai biológico e ocupando um lugar simbólico que institui a lei e a ordem no psiquismo. Essa função sustenta a lei e a cultura, sendo

pilar da ordem simbólica que regula as relações humanas, introduzindo a lei, organizando o desejo e viabilizando a inserção do sujeito no campo simbólico.

Nesse contexto, destaca-se o conceito de "subversão ao Nome-do-Pai", que designa o enfraquecimento ou desafio à função paterna e à autoridade simbólica que ela representa. Esse processo implica uma ruptura com a estrutura normativa que regula o desejo, confrontando diretamente a ordem estabelecida. No caso do criminoso, a subversão ao Nome-do-Pai revela-se como uma rejeição, pelo sujeito, das leis e normas sustentadas por essa função, refletindo-se em crises na constituição do Eu e na estrutura social.

Portanto, ao considerar essas questões psíquicas, surge a importância de contextualizar o sujeito em cumprimento de pena. Para além de argumentos raciais, situações econômicas, geográficas e escolares, há atravessamentos oriundos de processos internos que se puseram durante a constituição desse sujeito. As angústias que os acometem não os patologizam em detrimento da sociedade considerada normal, mas são essas angústias ainda não elaboradas no discurso que se inscrevem nos atos. Posto isso, mostra-se a importância da compreensão psíquica do sujeito em contexto de encarceramento e relevância da atuação psicanalítica nesse campo.

2.3. Possibilidades à psicanálise no contexto de encarceramento

A psicanálise encontra no ambiente prisional um cenário singular, em que os desafios impostos pela estrutura carcerária se entrelaçam com a proposta de intervenção analítica. Inserida em um contexto de limitações institucionais e legais, a psicanálise enfrenta dificuldades para estabelecer o espaço de fala e escuta, fundamentais ao seu exercício clínico. A Lei de Execução Penal (LEP) no Brasil delineia um sistema de assistência aos apenados que inclui a assistência material, jurídica e à saúde. No entanto, a assistência psicológica, ainda que imprescindível para a saúde mental dos encarcerados, segundo Silva e Couto (2017-18), permanece incompleta em sua implementação.

Embora a psicanálise propicie ao sujeito um espaço de questionamento e elaboração, as condições institucionais frequentemente impõem barreiras, suprimindo a possibilidade de expressão do desejo. Assim, o cárcere brasileiro se constitui como um cenário onde a fala é constrangida por uma estrutura punitiva que

tende a reprimir o discurso, enquanto o sistema demanda uma ressocialização que parece, muitas vezes, meramente adaptativa e normatizante.

A possibilidade de escuta analítica no contexto prisional revela-se, portanto, um campo minado por dilemas éticos e institucionais. De acordo com Mantovani (2018), no setting prisional, o psicanalista opera sob vigilância constante, onde a presença da Polícia Penal e as normas de segurança restringem o espaço de confidencialidade e alteram o vínculo analista-analisando. Esse cenário promove vínculos artificiais, influenciados pela obrigatoriedade judicial, em que a demanda do apenado frequentemente se alinha aos interesses institucionais, como a progressão da pena, em detrimento de uma busca genuína pela análise.

Para o analista, esse contexto impõe a necessidade de uma escuta que transcenda as pressões institucionais, configurando um trabalho ético que privilegia o desejo do sujeito, resistindo à tentação de converter o processo analítico em instrumento de controle e adaptação social. A prática psicanalítica torna-se, assim, uma resistência crítica à demanda institucional, pautando-se na ética da escuta como eixo de intervenção.

Uma outra característica importante nessa perspectiva, diz respeito à transferência e a contratransferência no contexto de encarceramento, pois assumem características próprias, revelando um cenário único de relações emocionais. De acordo com Freud (1912), a transferência é concebida como um fenômeno que surge necessariamente numa relação analítica, onde o analisando projeta sentimentos e expectativas inconscientes sobre o analista. Ainda, a transferência é influenciada pela disposição inata do indivíduo e pelas experiências da infância, que resultam em padrões repetitivos. A transferência pode se revelar através de sentimentos ternos ou hostis, e desempenha um papel crucial no tratamento psicanalítico.

Se na prática analítica tradicional, a transferência permite que o sujeito projete no analista sentimentos inconscientes, no ambiente prisional, a transferência e a contratransferência se dão em um cenário triangular. Aqui, o analista deve lidar não apenas com o sujeito encarcerado, mas com a presença de figuras de autoridade que representam o supereu da instituição, dificultando a construção de um espaço simbólico puramente analítico. Nessa perspectiva, Mantovani (2018) expressa a ideia de que esse fenômeno gera um efeito contratransferencial específico, no qual o analista se vê entre o “id-criminoso” projetado no apenado e o

“supereu-policial” representado pelo sistema de vigilância. Portanto, a ambiguidade dessas projeções desafia o analista, que deve manejar cuidadosamente suas respostas emocionais, evitando tanto a identificação com o apenado quanto com a estrutura repressora que permeia o ambiente institucional.

Esse manejo contratransferencial exige que o analista mantenha uma postura de neutralidade, preservando o espaço analítico como um campo de liberdade subjetiva, ainda que o contexto prisional pareça insistir na manutenção de um laço institucional alienante. Esse trabalho, no entanto, não é simples: a presença constante da autoridade policial, o controle institucional e as demandas impostas pelo sistema jurídico desafiam a neutralidade analítica e exigem do psicanalista um constante exercício de reflexão e crítica para preservar a autenticidade do vínculo analítico.

Por fim, a psicanálise, ao propor uma abordagem que se volta à responsabilidade do sujeito por seu desejo, adquire um papel crucial. A noção de responsabilidade em Lacan, ao contrário de um mero reconhecimento jurídico de culpa ou aceitação e seguimento das regras impostas pelo sistema penal, implica que o sujeito se posicione quanto ao seu desejo, responsabilizando-se por seus atos e implicando-se subjetivamente em sua história. Nessa direção, de acordo com Jacques Lacan (1950), “Somente a psicanálise, por saber como revirar as resistências do eu, é capaz, nesses casos, de libertar a verdade do ato, comprometendo com ele a responsabilidade do criminoso”.

A análise, portanto, permite que o sujeito explore a complexidade de seus atos, confrontando-se com a falta estrutural que o constitui e possibilitando um retorno crítico à sua posição frente à lei. Essa responsabilização, longe de ser meramente punitiva, é um processo de subjetivação que visa reconstruir o laço do sujeito com o Outro e com a estrutura social de modo mais consciente e implicado.

Dessa forma, o campo carcerário revela-se tanto como uma limitação quanto uma potência para a prática psicanalítica. Na medida em que desafia o analista a operar em um espaço de controle e repressão, à prática analítica no cárcere se reafirma como uma ética da liberdade subjetiva, resistindo à coação institucional e possibilitando que o sujeito se localize diante de seu desejo, podendo, eventualmente atribuir novas narrativas e significados a sua relação com a lei e a sociedade.

3. Conclusão

A prática psicanalítica no contexto de encarceramento enfrenta um cenário desafiador, mas também repleto de possibilidades. A instituição carcerária, marcada, em sua estrutura, pelo controle disciplinar e pela supressão das singularidades, impõe diversos entraves ao exercício da escuta analítica. Ainda assim, a psicanálise oferece uma via ímpar de intervenção, ao possibilitar que o sujeito em condição de encarceramento encontre, na relação analítica, uma abertura para posicionar-se ante ao seu desejo e implicar-se ativamente nas suas ações e em seu destino.

Ao atuar em um ambiente que silencia a palavra e transforma o apenado em objeto de vigilância, o analista deve adotar uma postura ética rigorosa, resistindo ao enquadramento normativo imposto pela instituição. A escuta psicanalítica, quando realizada nesse contexto, tem de transcender a mera adaptação ao sistema, recusando-se a operar como mais um instrumento de controle social ou de mera “ressocialização”. O analista é, então, convocado a instaurar um espaço que se opõe ao regime institucional, considerando a dinâmica psíquica e os atos que comunicam o que não foi elaborado no discurso, não justificando o delito, mas possibilitando uma via onde o desejo do sujeito, em suas dimensões inconscientes, possa emergir para além das amarras institucionais.

Ademais, percebe-se que a atuação psicanalítica no contexto prisional reafirma a ética da liberdade do discurso e se inscreve como um campo de renitência crítica. Ao romper com a lógica e opor-se às imposições do sistema prisional, a psicanálise não apenas possibilita ao sujeito uma abertura à sua verdade própria, mas também aponta para uma via transformadora de posicionamento, na condição de humano em conflito com a lei, diante do seu desejo.

4. Referências

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, 1984.

FINK, B. (1956). *O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo*. Tradução de Maria de Lourdes Sette Câmara. Consultoria de Mirian Aparecida Nogueira Lima. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

FOUCAULT, M. (1975). *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

FREUD, S. (1912). A dinâmica da transferência. In: Edição Standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, v. 10. São Paulo: Companhia das Letras. 2010.

FREUD, S. (1929-1930). *O mal-estar na civilização*. vol. XXI In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Imago, 1974.

LACAN, J. (1950). *Premissas a todo desenvolvimento possível da criminologia*. In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998, p.127-51.

LACAN, J. (1958). O seminário, livro 5: *A lógica da castração*. O seminário, livro 5: as formações do inconsciente (1957-1958). Jacques Lacan; texto estabelecido por Jacques-Alain Miller; [tradução de Vera Ribeiro; revisão de Marcus André Vieira].- Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

LACAN, J. (1959-1960) O seminário, livro 7: *A ética da psicanálise*. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1988.

LACAN, J. (1964) O seminário, livro 11: *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Versão brasileira de M. D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998.

LIRA, Patrícia Oliveira e CARVALHO, Glória Maria Monteiro de. A lógica do discurso penitenciário e sua repercussão na constituição do sujeito. *Psicol. cienc. prof.* [online]. 2002, vol.22, n.3, pp.20-31. ISSN 1414-9893.

MAMELUQUE, Maria da Glória Caxito. A subjetividade do encarcerado, um desafio para a psicologia. *Psicol. cienc. prof.*, Dez 2006, vol.26, no.4, p.620-631.

MANTOVANI, D. A contratransferência na prática profissional do psicólogo atuante no sistema prisional. In: I Congresso Brasileiro de Psicologia Jurídica e Forense. Curitiba/PR, 2018. Anais do II CBPSI. Curitiba/PR, Editora FAE, 2018. p. 294-302.

SILVA, Mardem Leandro e COUTO, Daniela Paula do. Cárcere e transferência: Desafios da Psicanálise no Sistema Prisional. *Congresso Internacional de Direito e Psicanálise (1. : 2017: Belo Horizonte)*. *Psicanálise e criminologia: história, interface e atualidades* [recurso eletrônico] / Andréa Guerra ... [et al.] (organizadoras). – 1. ed. – Belo Horizonte: Faculdade de Direito da UFMG, 2018.